

Os verbos de estado no português brasileiro: propriedades semânticas e classificação*

Kely Stefani de Oliveira**

Luana Lopes Amaral***

Resumo

Tradicionalmente, na literatura linguística, os verbos de estado recebem diferentes análises. Por um lado, há autores que analisam esses verbos como elementos semânticos primitivos e como uma classe uniforme de verbos. Por outro, há autores que identificam uma composicionalidade nesses itens, considerando que eles se distribuem por diferentes classes verbais. Neste artigo, tomamos como objeto de estudo os verbos de estado do português brasileiro, com o objetivo de mostrar que esses verbos, em nossa língua objeto, seguem o segundo padrão de análise explicitado: são itens composicionais e decomponíveis e não possuem comportamento uniforme, distribuindo-se por diferentes classes. Para tanto, analisamos 36 verbos de estado do português brasileiro, à luz do quadro teórico-metodológico da Semântica Lexical.

Palavras-chave: Verbos de estado. Aspecto lexical. Sintaxe. Semântica. Português brasileiro.

* Agradecemos à Capes pelo apoio financeiro (bolsa de mestrado para Kely Stefani de Oliveira) para a realização desta pesquisa. Agradecemos também aos pareceristas anônimos da revista *Scripta* pelas valiosas colaborações (os erros que permanecem são de nossa inteira responsabilidade).

** Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Mestra em Estudos Linguísticos). ORCID: 0000-0003-4795-9211.

*** Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) (Doutora em Estudos Linguísticos). ORCID: 0000-0002-4290-1208.

Stative verbs in Brazilian Portuguese: semantic properties and classification

Abstract

Traditionally, in linguistic literature, stative verbs have received distinct analyses. On one hand, there are authors who analyze these verbs as primitive semantic elements and as a uniform verb class. On the other hand, there are authors who identify compositionality in these items, considering that they are distributed among different verb classes. In this paper, we present a study of Brazilian Portuguese stative verbs, aiming at showing that these verbs, in our object language, follow the second pattern of analysis shown: they are compositional and decomposable items and do not have uniform behavior, being part of different verb classes. To this end, we have analyzed 36 Brazilian Portuguese stative verbs, in the light of the Lexical Semantics theoretical-methodological framework.

Keywords: Stative verb. Lexical aspect. Syntax. Semantics. Brazilian Portuguese.

Recebido em: 30/03/2020

Aceito em: 13/07/2020

Considerações iniciais

Vendler (1967), levando em conta a noção de aspecto lexical, propõe que os verbos das línguas naturais podem ser divididos em quatro classes distintas: atividades, *accomplishments*, *achievements* e estados. Conforme o autor, os verbos de estado são caracterizados por possuírem os valores aspectuais de estatividade, duratividade e atelicidade (tais valores foram propostos primeiramente por Vendler (1967), sendo depois melhor detalhados por Comrie, (1976)). Segundo Vendler (1967), tais verbos de estado são estativos, pois não denotam eventualidades que se desenvolvem ou progridem no tempo; são durativos, porque descrevem situações que são durativas; e são atélicos, visto que denotam situações que não resultam em um resultado final definido. Abaixo vemos que as sentenças formadas por tais verbos não denotam eventualidades que se desenvolvem ou progridem no tempo (são estativos):

- (1) a. O Pedro possui três computadores.
- b. O litro de leite custa R\$ 3,29.
- c. A Larissa mora em São Paulo.

Com base nessa propriedade, Van Valin (2005) propõe o teste da pergunta “o que aconteceu?” para identificar os estados. A ideia do teste é que os verbos de estado não formam sentenças que podem servir como resposta a essa pergunta, já que eles não denotam situações que estão acontecendo no tempo. Veja:

- (2) O que aconteceu?

- a. ??O Pedro possuiu três computadores.¹
- b. ??O litro de leite custou R\$ 3,29.
- c. ??A Larissa morou em São Paulo.

Além da estatividade, os verbos de estado também são caracterizados pelo valor aspectual de duratividade, pois retratam situações que apresentam uma duração no tempo e, por isso, podem ser medidos em sentenças que revelam uma duração (VENDLER, 1967; COMRIE, 1976; DOWTY, 1979; VAN VALIN, 2005; CANÇADO; AMARAL, 2016), veja-se:

- (3) a. O Pedro possuiu três computadores durante cinco anos/
quando era adolescente.
- b. O litro de leite custou R\$ 3,29 durante a oferta.
- c. A Larissa morou em São Paulo durante 10 anos/durante
a sua infância.

Por fim, além da estatividade e da duratividade, os estados também são caracterizados por manifestarem o valor aspectual de atelicidade, já que não apresentam um resultado final definido. Assim sendo, os estados não são compatíveis com estruturas adverbiais como “em x tempo” (VENDLER, 1967; COMRIE, 1976; DOWTY, 1979; VAN VALIN, 2005; CANÇADO; AMARAL, 2016), que apontam o tempo para o final de uma situação:²

- (4) a. *O Pedro possui três computadores em cinco anos.
- b. *O litro de leite custa \$3,29 em três dias.

¹ As duas interrogações (??) indicam que a sentença é linguisticamente inadequada como resposta à pergunta anterior.

² O teste mais comum para a (a)telicidade é o conhecido paradoxo do imperfectivo (VENDLER, 1967; DOWTY, 1979). Porém, esse teste não é facilmente aplicável aos estados, pela incapacidade desses verbos de se combinarem com a perífrase de gerúndio.

c. *A Larissa mora em São Paulo em 10 anos.

Neste artigo, analisamos os verbos de estado do português brasileiro (PB), que são verbos como “possuir”, “custar” e “morar”, apresentados acima, a partir do viés teórico da Interface Sintaxe-Semântica Lexical³ (LEVIN, 1993; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005; CANÇADO; AMARAL, 2016 e outros), que procura desenvolver estudos sobre a semântica dos verbos e sua relação com a sintaxe. Por pertencermos a essa linha de pesquisa, partilhamos do pressuposto de que algumas informações semânticas mais relevantes dos itens verbais são capazes de interferir em seus comportamentos sintáticos (LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005; CANÇADO; AMARAL, 2016). Os verbos de estado do PB investigados são verbos como “ter”, “existir”, “coincidir”, “durar”, “denotar”, “morar”, “parecer”, “precisar”, “saber” etc.⁴ Ao todo, analisamos 36 verbos desse tipo, coletados em uma busca manual e minuciosa no dicionário de Borba (1990) e no trabalho de Moreira (2000). Após essa coleta, construímos sentenças gramaticais e agramaticais com esses verbos e aplicamos diferentes testes para verificar suas propriedades sintático-semânticas. Seguimos, para essa análise, a perspectiva teórico-metodológica da Interface Sintaxe-Semântica Lexical. A metodologia utilizada está descrita em detalhes em Cançado, Godoy e Amaral (2017).

Até aqui definimos o nosso objeto de estudo e descrevemos os seus três valores aspectuais. Seguindo a literatura vendleriana,

³ Este artigo é fruto do trabalho da dissertação de Oliveira (2020) e aqui apresentamos um desenvolvimento das ideias presentes nessa dissertação. Esta pesquisa faz parte do Núcleo de Pesquisa em Semântica Lexical da Faculdade de Letras da UFMG (NuPeS), que através do vasto programa denominado “Descrição e representação semântica do léxico verbal do português brasileiro”, busca desenvolver pesquisas sobre todos os tipos de verbos do PB. Também é uma contribuição para o desenvolvimento do banco de dados de verbos do PB “VerboWeb”(Cançado *et. al.*, 2017) (www.lettras.ufmg.br/verboweb).

⁴ Fizemos um recorte no nosso objeto de estudo e os verbos de estado psicológico não entraram em nossas análises. Para mais detalhes, ver Cançado (1995 e trabalhos subsequentes).

Dowty (1979), Rappaport Hovav e Levin (1998) e Van Valin (2005) consideram que os verbos estativos pertencem a uma única grande classe verbal e podem ser considerados “primitivos”, isto é, indecomponíveis. Porém, observa-se que esses verbos apresentam propriedades sintáticas e semânticas distintas. Em nossos dados, há verbos inacusativos,⁵ transitivos diretos e transitivos indiretos, além de verbos com semânticas diversas, como posse, existência, lugar, medida, reciprocidade e necessidade. Por isso, levantamos a hipótese de que os verbos de estado são composicionais e não possuem um comportamento uniforme. Essa hipótese se apoia em Carlson (1977), Bach (1986), Pinker (2013), Moreira (2000), Maienborn (2003), Rothmayr (2009) e Cunha (2004, 2011), que, de alguma maneira, já mostram que os verbos de estado, em diferentes línguas, não apresentam um comportamento uniforme e/ou que esses verbos são composicionais.

O nosso estudo se justifica pelas lacunas deixadas na literatura sobre o tema, especialmente para o PB, e também pela contribuição que o trabalho traz para a catalogação dos verbos da nossa língua, já que este trabalho se insere também em um amplo projeto de pesquisa que busca fazer uma radiografia do léxico verbal do PB, o VerboWeb.⁶ Em geral, os trabalhos que estudam a propriedade de estatividade, como os de Cunha (2004, 2011), não focalizam verbos, mas diferentes estruturas estativas, dando prioridade a estruturas predicativas adjetivais. Ou seja, pouca atenção é voltada para o estudo dos verbos estativos. A análise que apresentamos toma como base os dados do PB e serve de generalização para essa língua apenas. Consideramos,

⁵ “Os verbos inacusativos não atribuem caso acusativo ao seu argumento interno direto e não atribuem papel temático externo à posição de sujeito.” (DUARTE, 2003, p. 509).

⁶ Ver Cançado, Amaral e Meirelles (2017); <http://www.lettras.ufmg.br/verboweb/>

porém, que os fatos do português podem ser comparados a fatos de outras línguas.

Este artigo está organizado da seguinte maneira: na seção 2, apresentamos os conceitos teóricos de base da pesquisa e fazemos uma breve revisão sobre os verbos de estado na literatura; na seção 3, apresentamos a análise dos dados; e, na seção 4, concluimos o artigo.

2 Composicionalidade, classificação verbal e os verbos de estado na literatura

A Interface Sintaxe-Semântica Lexical (FILLMORE, 1968, 1970; PINKER, 2013; JACKENDOFF, 1990; LEVIN, 1993; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005; WUNDERLICH, 2012; CANÇADO; AMARAL, 2016; CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2017 e outros) defende a existência, nas diversas línguas, de um léxico organizado, composto por regras e generalizações. Assim, essa corrente teórica assume que os itens lexicais verbais se organizam em “classes”, que são grupos semanticamente uniformes e que, ao mesmo tempo, compartilham as mesmas estruturas argumentais na expressão da sintaxe (LEVIN, 1993). Tais classes são definidas por elementos de sentido recorrentes no significado de diferentes verbos, o que leva ao pressuposto de que os verbos são itens semanticamente complexos – não primitivos. São também esses elementos recorrentes que determinam a ocorrência dos verbos em estruturas argumentais na expressão da sintaxe. Por isso, é também assumida nessa corrente teórica a hipótese da determinação semântica sobre a sintaxe, ou seja, são os componentes de sentido presentes no significado dos verbos, de

natureza lexical, que determinam, em grande medida, a estrutura sintática das sentenças.

O exemplo clássico de Fillmore (1970), que ilustra esses pressupostos teóricos, é a diferença de comportamento sintático entre os verbos da classe de *break*, “quebrar”, e da classe de *hit*, “bater”. Verbos como *break* podem ser decompostos em elementos semânticos como “causação”, “mudança” e “estado”. Assim, um verbo desse tipo pode ser parafraseado por uma expressão complexa na língua como “fazer algo ficar quebrado”. Como o significado do verbo é complexo e composicional, pode ser expresso por meio de expressões complexas (FILLMORE, 1970; LAKOFF, 1970; PINKER, 2013). Verbos que se compõem a partir desses elementos de significado podem participar da conhecida alternância causativo-incoativa, tendo, na sintaxe, uma estrutura transitiva ou intransitiva:

- (5) a. O menino quebrou a janela.
b. A janela (se) quebrou.

Já o verbo *hit*, “bater”, e outros do mesmo tipo não se compõem a partir dos elementos semânticos “causação”, “mudança” e “estado”. Assim, esses verbos não podem participar da conhecida alternância causativo-incoativa:

- (6) a. O menino bateu na janela.
b. *A janela (se) bateu.

Além de mudança de estado, há verbos também compostos por elementos como “mudança” e “lugar”. É o caso dos verbos de mudança de estado locativo (GODOY, 2012; CANÇADO;

AMARAL; MEIRELLES, 2017), como “alojar”, “anotar”, “plantar” e outros. Conforme as autoras citadas acima, esses verbos são considerados uma classe verbal, pois compartilham componentes semânticos locativos (“alguém faz algo ficar em determinado estado em algum lugar”) e apresentam diversas propriedades sintáticas em comum, como a bitransitividade, o licenciamento da passiva, além de outras propriedades (CANÇADO; AMARAL; MEIRELLES, 2017). Por não serem de mudança de estado, esses verbos também não ocorrem na alternância causativo-incoativa.

A partir desses pressupostos teóricos, semanticistas lexicais buscam evidenciar as propriedades semânticas dos verbos que podem determinar a sintaxe e agrupar esses itens em classes. Assim, é tarefa do semanticista lexical investigar quais são os elementos de sentido recorrentes nos significados dos verbos e relevantes para a expressão das estruturas argumentais na sintaxe. Seguindo essa corrente teórica, a nossa hipótese é a de os verbos de estado do PB são composicionais e não possuem um comportamento sintático uniforme, não podendo compor uma única classe verbal.

Muitos autores, como Lakoff (1970), Morgan (1969), Dowty (1979), Wunderlich (2012) e Cançado, Godoy e Amaral (2017), apresentam evidências da composicionalidade na semântica dos verbos, em especial dos verbos não estativos. Segundo Lakoff (1970), os verbos de “mudança de estado”, como “quebrar”, como já mostramos, são ótimas evidências de que os itens verbais são decomponíveis, visto que tais verbos partilham o sentido de “algo/alguém faz algo/alguém ficar em algum estado”. O significado de um verbo como “quebrar”, por exemplo, é composto por elementos de sentido como “algo/

alguém faz algo ficar quebrado”. Nos estudos dessa área de pesquisa, há, assim, uma concordância de que os verbos de atividade, *accomplishment* e *achievement* são composicionais, ou seja, não são itens atômicos e indecomponíveis, mas complexos e compostos por elementos menores de significado.

Entretanto, para verbos de estado essa é uma questão debatida. Na literatura linguística, existem tanto propostas que são contrárias à ideia de composicionalidade dos estados quanto propostas que adiantam que os estados podem sim ser considerados composicionais e que não são uma classe uniforme.

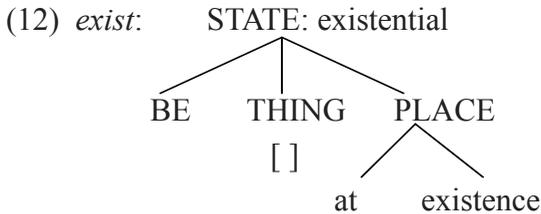
Dowty (1979), Rappaport Hovav e Levin (1998) e Van Valin (2005) assumem que os estados são indecomponíveis, ou seja, não são constituídos por partes menores de significado. Segundo esses autores, os estados são itens primitivos, que fazem parte da construção do sentido dos demais verbos não estativos. Abaixo mostramos as representações que Rappaport Hovav e Levin (1998, p. 108) propõem para as classes aspectuais de Vendler (1967):

- (7) [x <STATE>] (estado)
(8) [x ACT _{<MANNER>}] (atividade)
(9) [BECOME [x <STATE>]] (*achievement*)
(10) [[x ACT _{<MANNER>}] CAUSE [BECOME [y <STATE>]]] (*accomplishment*)
(11) [x CAUSE [BECOME [y <STATE>]]] (*accomplishment*)

Sem entrar em muitos detalhes, a representação dos estados, em (7), apresenta um argumento (x) e um componente de sentido simples e indecomponível, <STATE>. Na representação dos *accomplishments*, em (10), o predicado biargumental CAUSE toma as estruturas complexas [x ACT _{<MANNER>}] e [BECOME

[y <STATE>]] como argumentos. A estrutura complexa [x ACT _{<MANNER>}], correspondente à representação das atividades em (8), possui o predicado monoargumental ACT, que toma x como argumento, e o modificador _{<MANNER>}. A estrutura complexa [BECOME [y <STATE>]], correspondente à representação dos *achievements* em (9), possui o predicado monoargumental BECOME, que toma a estrutura [y <STATE>] como argumento. Tal estrutura, por sua vez, corresponde à estrutura dos estados em (7), que é a estrutura mais simples e indecomponível de todas. É possível observar que o estado, representado por <STATE>, é parte indecomponível da estrutura dos demais tipos de verbos.

Em contrapartida, Pinker (2013) e Rothmayr (2009) mostram que os estados podem ser considerados composicionais. Pinker (2013, p. 224), por exemplo, propõe que um verbo estativo como *exist*, “existir”, pode ser representado da seguinte maneira:



Por meio dessa estrutura arbórea, de natureza semântico-cognitiva, o autor sugere que o sentido de *exist*, “existir”, seja algo como “estar (BE) alguma coisa (THING) em existência (*at existence*)” e que essa existência é vista como um lugar (PLACE). Nessa estrutura, STATE, “estado”, é a categoria ontológica do verbo *exist*, “existir”, que pertence ao campo semântico *existential*, “existencial”; BE é um predicado biargumental que

toma THING, “coisa”, uma variável [], e PLACE, “lugar”, como argumentos. Assim, Pinker (2013) evidencia que o sentido desse verbo é composto por unidades menores de significado.

A questão da composicionalidade dá origem, ainda, à discussão sobre a uniformidade no comportamento dos verbos de estado. Essa uniformidade se refere a propriedades sintático-semânticas de um conjunto de verbos. Verbos que possuem o mesmo comportamento sintático-semântico são considerados como pertencentes a uma mesma classe verbal (LEVIN, 1993; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005; CANÇADO; GODOY; AMARAL, 2017). Dowty (1979), Rappaport Hovav e Levin (1998) e Van Valin (2005) assumem que os estados são primitivos (indecomponíveis). Conseqüentemente, nessa análise, os verbos de estado apresentam apenas uma mesma semântica (de estado) e se classificam em uma mesma classe. Já Pinker (2013) e Rothmayr (2009) assumem a composicionalidade dos verbos estativos, reconhecem a heterogeneidade de sentido presente nesse grupo de verbos e a conseqüente heterogeneidade de formas sintáticas. Carlson (1977), Bach (1986), Moreira (2000), Maienborn (2003) e Cunha (2004, 2011), apesar de não discutirem a respeito da composicionalidade do sentido dos verbos de estado, assumem que esses verbos apresentam diversidades semânticas e sintáticas, distribuindo-se por diferentes classes.

Cunha (2004, 2011), por exemplo, seguindo Carlson (1977), propõe que os estados se dividem entre estados do tipo *Individual-level/Object-level* (predicados de indivíduo) e estados do tipo *Stage-level* (predicados de estágios). Conforme Carlson (1977), predicados do tipo *Individual-level* denotam propriedades permanentes ou estáveis (como “ser inteligente”, “ser alto” etc.) e predicados do tipo *Stage-level* denotam propriedades transitórias

ou temporárias (como “estar feliz”, “estar cansada” etc.). Segundo Cunha (2004, 2011), sintaticamente, esses dois tipos de estados se distinguem, pois apenas os estados do tipo *Stage-level* se combinam livremente com todos os tipos de advérbios temporais, duracionais e de localização; ocorrem, na maior parte, livremente com locativos; podem ocorrer em combinação com expressões adverbiais pontuais e podem ser compatíveis com expressões que quantificam sobre eventualidades como “sempre que”, “todas as vezes que”, etc.

Como já dissemos, dentro da Interface Sintaxe-Semântica Lexical (LEVIN, 1993; LEVIN; RAPPAPORT HOVAV, 2005; CANÇADO; AMARAL, 2016 e outros), os verbos de uma língua podem ser classificados por meio das suas propriedades semânticas e sintáticas. Verbos que partilham um ou mais componentes de significado apresentam comportamentos sintáticos semelhantes (LEVIN, 1993). Partindo disso, assumimos a perspectiva teórica de classificação verbal que adota a hipótese da determinação semântica sobre a sintaxe. Portanto, considerando os estados como primitivos, seria de se esperar que todos esses verbos apresentassem o mesmo comportamento sintático – determinado pelo componente de sentido “estado”. Como observamos nos dados do PB, porém, esses verbos são bastante heterogêneos, o que indica que possuem também diferentes componentes de sentido em seu significado. Seguindo essa proposta teórica, neste trabalho, pretendemos mostrar que os verbos de estado do PB, assim como verbos de atividade, *accomplishment* e *achievement*, também são decomponíveis e apresentam comportamento heterogêneo, distribuindo-se por diferentes classes.

3 Composicionalidade e classificação dos verbos estativos no PB

Apresentamos aqui a análise dos 36 verbos de estado do PB coletados para esta pesquisa. Mostraremos as propriedades sintático-semânticas que são diferentes nesse grupo de verbos. Nossa análise partirá de dois pontos principais: mostrar como esses verbos podem ser decompostos em propriedades semânticas mais específicas e como podem ser classificados em grupos menores. Esperamos, desse modo, corroborar a hipótese levantada de que os verbos de estado são composicionais e não possuem um comportamento uniforme.

3.1 A composicionalidade dos verbos estativos no PB

Seguindo as propostas dos autores que analisam os verbos de estado como itens composicionais, partiremos das propriedades semânticas mais específicas que compõem esses verbos para mostrar as diferenças internas à grande classe de verbos de estado. A utilização de paráfrases é uma boa maneira de evidenciar a composicionalidade dos verbos (PINKER, 2013; LAKOFF, 1970; WUNDERLICH, 2012; CANÇADO; AMARAL, 2016), já que elas exibem as partes de sentido que constituem os itens verbais e, conseqüentemente, também revelam quais são os componentes de sentido que são comuns a determinado grupo de verbos.

Dentre os verbos de estado analisados nesta pesquisa, observamos que verbos como “existir” e “abundar” compartilham a paráfrase “algo está em/é algum estado em um lugar”. A

paráfrase de “existir” é “algo está em existência/é existente em um lugar”, como já mostra Pinker (2013) para o inglês, e a paráfrase de “abundar” é “algo está em abundância/é abundante em um lugar”. Conforme Cançado (2013, p. 34), “quando temos uma relação simétrica, ou seja, a sentença (a) acarreta a sentença (b) e a sentença (b) também acarreta a sentença (a), temos a relação de paráfrase”. Assim, os acarretamentos mútuos abaixo evidenciam a veracidade das paráfrases propostas acima:

- (13) a. Existem estrelas no céu. $\vdash \dashv$ Estrelas estão em existência/são existentes no céu.⁷
b. Abundam aves na floresta. $\vdash \dashv$ b. Aves estão em abundância/são abundantes na floresta.

Já verbos como “coexistir” e “conflitar” compartilham a paráfrase “algo está em/tem um estado com algo”. A paráfrase de “coexistir” é “algo é coexistente/tem coexistência com algo”, e a paráfrase de “conflitar” é “algo é conflitante/tem conflito com algo”. Os acarretamentos mútuos abaixo evidenciam as paráfrases propostas:

- (14) a. A dengue coexiste com o coronavírus. $\vdash \dashv$ A dengue é coexistente/tem coexistência com o coronavírus.
b. O Poder Judiciário conflita com o Poder Legislativo. $\vdash \dashv$ O Poder Judiciário é conflitante/tem conflito com o Poder Legislativo.

Como vemos, verbos como “coexistir” e “conflitar” não possuem um argumento locativo, diferentemente de verbos como

⁷ O símbolo $\vdash \dashv$ assinala que existe uma paráfrase (acarretamento mútuo) entre as sentenças. (CANN, 1993).

“existir” e “abundar”, já mostrados, e também diferentemente de “morar” e “residir”, apresentados a seguir.

Verbos como “morar” e “residir” compartilham a paráfrase “alguém tem/é um estado em um lugar”. A paráfrase de “morar” é “alguém tem morada em/é morador de um lugar”, e a paráfrase de “residir” é “alguém tem residência em/é residente de um lugar”. Assim, os acarretamentos mútuos abaixo evidenciam as paráfrases propostas:

- (15) a. A Karina mora em Salvador. $\vdash \dashv$ A Karina tem morada em/é moradora de Salvador.
b. O Miguel reside em BH. $\vdash \dashv$ O Miguel tem residência/é residente em BH.

Verbos como “durar” e “valer” compartilham a paráfrase “algo tem um estado de tempo/quantidade/valor etc.”. A paráfrase de “durar” é “algo tem duração de x tempo”, e a paráfrase de “valer” é “algo tem valor de x quantia de dinheiro”. Os acarretamentos mútuos abaixo evidenciam as paráfrases propostas:

- (16) a. A aula dura 50 minutos. $\vdash \dashv$ A aula tem duração de 50 minutos.
b. O carro vale R\$ 80.000,00. $\vdash \dashv$ O carro tem valor de R\$ 80.000,00.⁸

Com base nas paráfrases acima, assumimos que os verbos de estado, assim como os verbos não estativos, são decomponíveis

⁸ Em geral, na literatura em Semântica Lexical, as paráfrases para o significado composicional dos verbos são feitas a partir de verbos mais leves, como “ser”, “estar”, “ficar”, “causar”, “dar”, entre outros. Entretanto, vale ressaltar que não são esses verbos em si que fazem parte do sentido desses verbos, mas sim predicados primitivos que possuem semânticas próximas a eles. Ainda não existem muitos estudos que expliquem em detalhes a semântica desses verbos leves propriamente.

e compostos de partes menores de significado (“ter/ser + outros componentes de sentido”). Além das paráfrases, outra evidência da composicionalidade dos verbos estativos é que elementos mais específicos de significado, presentes na semântica desses verbos, como “existência”, “reciprocidade”, “locação”, “medida”, “posse” e “necessidade”, interferem no comportamento sintático desses verbos. Desse modo, consideramos que tais elementos são componentes léxico-semânticos gramaticalmente relevantes para a classificação desses itens em classes mais específicas que o grande conjunto de verbos de estado. A seguir apresentamos as propriedades sintático-semânticas de cada uma das classes de verbos de estado que apresentamos acima: verbos existenciais, verbos recíprocos, verbos locativos, verbos de medida, verbos de posse e verbos de necessidade.

3.2 Classes de verbos de estado

Os verbos de estado do tipo existenciais, como “existir”, “haver”, “ter” (existencial) e “abundar”, partilham o componente semântico de “existência”. Conforme Silva (1996, p.186), os verbos existenciais “ocorrem em estruturas que não selecionam sujeito, mas um sintagma nominal interpretado como complemento direto e um elemento locativo expresso por um sintagma preposicional ou por um seu substituto adverbial”. A seguir apresentamos alguns exemplos de sentenças com esses verbos:

- (17) a. Existem pessoas infectadas pelo coronavírus na minha cidade.
b. Abundam flores no jardim.

Em relação à sintaxe, assumimos, com base em Duarte (2003), que os verbos existenciais são inacusativos. Conforme a autora, esses verbos não são prototipicamente inacusativos, embora apresentem uma quantidade suficiente de propriedades que servem para classificá-los como tal, como: não permitem nominalizações em “-or”; não admitem objetos cognatos; e aceitam nomes simples como sujeitos pós-verbais em contextos neutros. Abaixo mostramos que os verbos existenciais, por serem inacusativos, aceitam com mais facilidade seus argumentos na posição de objeto do que na posição de sujeito:

- (18) a. ?Diversas doenças existem nas cadeias. / Existem diversas doenças nas cadeias.
b. ?Vídeos abundam nas redes sociais. / Abundam vídeos nas redes sociais.

Como já foi dito, segundo Silva (1996), os verbos existenciais possuem um argumento direto e um argumento locativo preposicionado. Assim sendo, o teste da ambiguidade ou não das sentenças, proposto por Miotto, Silva e Lopes (2013), pode ser utilizado para reforçar o caráter argumental do locativo desses verbos. Veja:

- (19) a. A jornalista disse que existem pessoas infectadas pelo coronavírus na minha cidade.
b. O jardineiro disse que abundam flores no jardim.

As sentenças acima não são ambíguas, pois os sintagmas “na minha cidade” e “no jardim” só podem estar relacionados aos verbos “existir” e “abundar”, e não ao verbo “dizer”. Logo,

conforme Miotto, Silva e Lopes (2013), o fato de o locativo das sentenças acima não poder modificar o sentido do verbo “dizer”, mas sim apenas os verbos das sentenças subordinadas, é uma evidência de que os locativos realmente são argumentos desses verbos.

Todavia, como mostramos nos exemplos abaixo, tais verbos também permitem um tipo de sentença sem a presença do locativo, quando ocorre uma especificação do argumento interno. Nesses casos, acreditamos que o argumento locativo seja entendido como um lugar genérico, isto é, um lugar qualquer:

- (20) a. Existem parques em BH. / *Existem parques.
b. Existem parques muito bons em BH. / Existem parques muito bons.

Nos exemplos em (20a), a falta do locativo gera a agramaticalidade da segunda sentença. Por outro lado, nos exemplos em (20b), percebe-se que a falta do locativo não gera a agramaticalidade da segunda sentença. Isso parece ocorrer pelo fato de essas sentenças especificarem o argumento interno direto (“parques muito bons”). Contudo, a falta do locativo na segunda sentença pode provocar a interpretação de que o lugar em que a situação ocorre é um lugar genérico (“Existem parques muito bons no mundo”).

Os verbos estativos do tipo recíproco, como “coexistir”, “coincidir”, “condizer”, “conflitar”, “destoar” e “discrepar”, partilham o componente semântico de “reciprocidade” (GODOY, 2008; BECHIR, 2019). Conforme Godoy (2008, p.34), “os verbos recíprocos são um conjunto de verbos que representam uma relação sistemática entre um traço do seu significado – a

reciprocidade – e uma dupla ocorrência sintática”. Essa dupla ocorrência sintática corresponde à forma simples e à forma descontínua, como mostramos abaixo:⁹

- (21) a. A dengue e o coronavírus coexistem. (forma simples)
b. A dengue coexiste com o coronavírus. (forma descontínua)
- (22) a. O livro e o filme condizem. (forma simples)
b. O livro condiz com o filme. (forma descontínua)

Na forma simples (exemplos em (a)), os participantes do estado recíproco aparecem em apenas um argumento. Já na forma descontínua (exemplos em (b)), os participantes do estado recíproco aparecem em dois argumentos distintos, sendo que um deles ocupa uma posição estrutural na sentença e o outro vem acompanhado de uma preposição.

Ainda, segundo Godoy (2008), o teste de acarretamento entre sentenças, ou as paráfrases, ajuda a descobrir se um verbo é lexicalmente recíproco ou não. Um verbo é considerado lexicalmente recíproco quando sua forma simples acarreta sentenças descontínuas e vice-versa. Os acarretamentos abaixo mostram que os verbos de estado descritos acima são verbos lexicalmente recíprocos:

- (23) a. A dengue e o coronavírus coexistem. $\vdash \dashv$ A dengue coexiste com o coronavírus.¹⁰
b. A dengue e o coronavírus coexistem. $\vdash \dashv$ O coronavírus coexiste com a dengue.

⁹ Além dos verbos estativos recíprocos, existem também no PB verbos eventivos, que também são lexicalmente recíprocos. Como a alternância simples-descontínua é uma propriedade relacionada à reciprocidade, os verbos recíprocos eventivos também aceitam essa alternância. Neste trabalho, damos ênfase apenas aos verbos recíprocos estativos do PB. Remetemos os leitores interessados em análises sobre outros tipos de verbos lexicalmente recíprocos a Godoy (2008), Meirelles (2018) e Bechir (2019).

¹⁰ Relembrando, o símbolo $\vdash \dashv$ assinala que existe uma paráfrase (acarretamento mútuo) entre as sentenças. (CANN, 1993).

- (24) a. O livro e o filme condizem. $\vdash \dashv$ O livro condiz com o filme.
b. O livro e o filme condizem. $\vdash \dashv$ O filme condiz com o livro.

Essa questão é relevante porque mostra, conforme as argumentações dos trabalhos de Godoy (2008), que esses verbos são monoargumentais e que podem ter um argumento plural desmembrado em dois constituintes.

Verbos estativos locativos, como “morar”, “residir”, “habitar” e “viver” (significando “morar”), partilham o componente semântico de “lugar”. Para Garcia (2004, p. 59), “os verbos locativos servem para estabelecer uma relação de localização entre os elementos do seu domínio”, podendo denotar uma localização espacial ou uma localização temporal.¹¹ Observe-se:

- (25) a. A Karina mora em Salvador.
b. O Miguel habita em João Pessoa.

Apesar de apresentarem um argumento locativo, tais verbos admitem a omissão desse argumento quando o verbo é especificado por certos modificadores, como mostramos abaixo:

- (26) a. A Karina morou sozinha (em Salvador) durante muitos anos.
b. O Miguel habitou com os seus irmãos (em João Pessoa) a vida inteira.

¹¹ Conforme Garcia (2004), outros tipos de verbos também são considerados verbos locativos. Nesta pesquisa, analisamos apenas os verbos locativos de estado.

Também, apesar de apresentarem um argumento locativo, esses verbos se distinguem dos verbos existenciais, pois não são inacusativos, são transitivos indiretos e também não admitem a omissão do locativo a partir da especificação do primeiro argumento.

Os verbos estativos de medida, como “durar”, “custar”, “valer”, “pesar”, “medir” e “perdurar”, partilham o componente semântico de “medida”. Conforme Levin (1993, p. 272), esses verbos “descrevem o valor de algum atributo de uma entidade (por exemplo, altura, peso, temperatura) ao longo de uma escala relevante para a caracterização dessa propriedade. O atributo específico é determinado pelo verbo”.¹² A seguir, alguns exemplos:

- (27) a. A aula dura 50 minutos.
b. O carro vale R\$ 80.000,00.

Os verbos de medida são transitivos diretos e exigem um argumento interno, que corresponde à medida, e um argumento externo, que é o objeto de referência (CANÇADO; AMARAL, 2016) da medida. No entanto, o argumento interno desses verbos pode ser omitido quando a sentença apresenta um advérbio de intensidade, posto que o tipo de medida (preço, peso, metragem, tempo, etc.) já está implícito no sentido lexical dos verbos de medida:

- (28) a. A aula durou muito/bastante/pouco (tempo).
b. O carro valia muito/bastante/pouco (dinheiro).

¹² Do original: “These verbs describe the value of some attribute of an entity (e.g., height, weight, temperature) along a scale relevant to the characterization of this property. The particular attribute is determined by the verb.” (LEVIN, 1993, p. 273, tradução nossa).

Também foi possível observar que os verbos de medida permitem um sintagma nominal pós-verbal expressando a medida, como mostramos nos exemplos abaixo:

- (29) a. A aula durou uma eternidade/muito tempo.
b. O carro valia o olho da cara/muita grana.

Os verbos estativos de posse, como “ter”¹³ e “possuir”, partilham o componente semântico de “posse alienável”. Segundo Vilela (1992, p.136), o verbo “ter” pode ser entendido como “posse consciente de algo alienável” (que pode ser transferido). Verifique-se:

- (30) a. O João tem dois carros.
b. O comerciante possui três lojas.

Esses verbos são transitivos diretos que requerem dois argumentos, um argumento interno que ocupa a posição de objeto direto e um argumento externo que ocupa a posição de sujeito.¹⁴ Percebe-se também que os verbos de posse, ao contrário dos verbos de medida, não aceitam que seu objeto seja omitido quando possuem um advérbio de intensidade em que haja dependência de um contexto. Isso ocorre porque, diferentemente dos verbos de medida, os verbos de posse não especificam o tipo de objeto direto que eles precisam ter. Observe-se:

¹³ O verbo “ter”, assim como vários verbos da língua, é bastante complexo e polissêmico. Ele pode, por exemplo, ter um sentido existencial, um sentido de posse alienável e um sentido inalienável. Entretanto, no aporte teórico assumido aqui, cada um desses sentidos deve ser considerado como um item lexical distinto. Analisamos aqui esse verbo apenas no sentido de “posse alienável”, como no exemplo em (30a).

¹⁴ Um verbo estativo de posse que coloca problemas para a análise é “pertencer”, que é transitivo indireto e apresenta uma estrutura inversa aos demais verbos analisados. Uma análise mais profunda das propriedades desse verbo e de sua classificação fica para um trabalho futuro.

- (31) a. O João tem muito dinheiro. /?O João tem muito.
b. A menina possui muitas bonecas. /?A menina possui muito.

Outros tipos de verbos de estado possuem o mesmo comportamento dos verbos de posse, porém descrevem posses inalienáveis. São verbos estativos com o sentido de “conhecimento”, como “saber”, com sentido de “significação”, como “significar”, com sentido de “semelhança”, como “aparentar”, e com sentido de “crença”, como “crer”. Assim como “possuir”, esses verbos são transitivos diretos e não aceitam que seu objeto seja omitido quando compostos com um advérbio de intensidade. Portanto, consideramos que as propriedades semânticas “conhecimento”, “significação”, “semelhança” e “crença” não são relevantes para a gramática e que esses verbos podem ser incluídos na classe dos verbos de posse, visto que o que é relevante é a posse, mesmo que de algo abstrato.

Uma evidência de que esses verbos são de posse é sua paráfrase, com “ter”: “ter sabedoria/significado/aparência/crença de algo”. Essa é a mesma paráfrase que obtemos para “possuir”: “ter posse de algo”. Entretanto, para o verbo “ter” não é possível fazer tal paráfrase. Inclusive, observa-se que esse verbo aparece nas paráfrases dos demais, sendo seu sentido semelhante ao componente de sentido que forma os demais verbos. Assim, supomos que um componente semântico de posse com o significado próximo ao significado do verbo “ter” possa ser o primitivo que componha o significado desses verbos (CANÇADO, 2012; BECHIR, 2019). O mesmo pode ser dito para o verbo “ser”.

Por fim, os verbos estativos de necessidade, como “carecer”,

“necessitar”, “precisar” e “depende”, partilham o componente semântico de “necessidade”. Vejam-se alguns exemplos:

- (32) a. A política brasileira carece de políticos comprometidos com a educação.
b. Os trabalhadores necessitam de férias.

Os verbos de necessidade exigem dois argumentos para ter o seu sentido saturado e são transitivos indiretos. Conforme Levin (1993), os verbos de necessidade também aceitam a alternância objeto-possuidor, que consiste na fatoração do argumento interno. Segundo Meirelles (2018, p. 17), “fatoração de argumentos verbais” é um fenômeno “que se caracteriza pelo fato de um único argumento do verbo aparecer fatorado em duas posições sintáticas distintas”. Abaixo vemos que os verbos de necessidade permitem essa alternância, diferentemente dos demais verbos apresentados até aqui:

- (33) a. O Brasil precisa do dinheiro da Europa. / O Brasil precisa da Europa pelo seu dinheiro.
b. O menino necessita do apoio da mãe. / O menino necessita da mãe pelo seu apoio.

Como mostra Meirelles (2019), a fatoração de argumentos tem restrições para além do sentido do verbo, como a relação de posse entre os participantes denotados pelo sintagma nominal (SN) que ocupa a posição de objeto. Um SN que não apresentar uma relação de posse não será passível de fatoração. Esses verbos aceitam essa alternância, se as condições do SN estiverem satisfeitas.

Em suma, os verbos existenciais diferem das outras classes estativas apresentadas, pois são inacusativos. Os verbos recíprocos diferem das outras classes estativas apresentadas, pois permitem a alternância simples-descontínua. Os verbos locativos diferem das outras classes estativas apresentadas (em exceção dos existenciais), pois apresentam um argumento locativo e diferem dos existenciais, pois não são inacusativos. Os verbos de medida diferem das outras classes estativas apresentadas, pois trazem a especificação do argumento interno em seu sentido lexical. Os verbos de posse diferem das outras classes estativas apresentadas, pois apresentam um argumento interno que denota uma posse alienável ou uma posse inalienável (no caso dos verbos de “conhecimento”, “significação”, “semelhança” e “crença”). Finalmente, os verbos de necessidade diferem das outras classes estativas apresentadas, pois permitem a alternância objeto-possuidor. O quadro abaixo sintetiza essa classificação final:

Quadro 1 -Classificação final dos verbos de estado no PB

CLASSIFICAÇÃO DOS VERBOS DE ESTADO DO PB			
CLASSES	VERBOS EXISTENCIAIS	VERBOS RECÍPROCOS	VERBOS LOCATIVOS
PROPRIEDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Acarretam o sentido de “existência”; - São inacusativos; - Podem ter o locativo omitido caso haja uma especificação do primeiro argumento interno. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acarretam o sentido de “reciprocidade”; - São transitivos indiretos; - Aceitam a alternância simples-descontínua. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acarretam o sentido de “lugar”; - São transitivos indiretos; - Admitem a omissão do argumento locativo quando o verbo é especificado por certos modificadores, como “sozinha”, ou sintagmas preposicionais que expressam companhia.

VERBOS	“existir”, “haver”, “ter” (existencial) e “abundar”.	“coexistir”, “coincidir”, “condizer”, “conflitar”, “destoar” e “discrepar”.	“morar”, “residir”, “habitar” e “viver” (no sentido de “morar”).
CLASSES	VERBOS DE MEDIDA	VERBOS DE POSSE	VERBOS DE NECESSIDADE
PROPRIEDADES	<ul style="list-style-type: none"> - Acarretam o sentido de “medida”; - São transitivos diretos; - Aceitam a omissão do argumento interno, que é lexicalizado pelo verbo, quando houverem advérbio de intensidade; - Permitem um sintagma nominal pós-verbal expressando a medida. 	<ul style="list-style-type: none"> - Acarretam o sentido de “posse alienável” (no caso de “ter” e “possuir”) ou de “posse inalienável” (no caso dos verbos de “conhecimento”, “significação”, “semelhança” e “crença”); - São transitivos diretos (com exceção dos verbos de “crença”, que são transitivos indiretos); - Não aceitam a omissão do argumento interno quando possuem um advérbio de intensidade. 	<ul style="list-style-type: none"> -Acarretam o sentido de “necessidade”; -São transitivos indiretos; - Permitem a fatoração do argumento interno.
VERBOS	“durar”, “custar”, “valer”, “pesar”, “medir” e “perdurar”.	“ter”, “possuir”, “saber”, “conhecer”, “entender”, “denotar”, “significar”, “lembrar” (“parecer”), “aparentar”, “parecer”, “acreditar” e “crer”.	“carecer”, “necessitar”, “precisar” e “depende”.

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Com esta análise, mostramos que os verbos de estado do PB são compostos por partes menores de significado e apresentam propriedades sintáticas distintas, que motivam a divisão apresentada no Quadro 1. A composicionalidade é evidenciada pelas paráfrases e as diferenças sintáticas são mostradas a partir das diferentes estruturas sentencias que ocorrem com esses verbos. O elo entre a composicionalidade e as distintas propriedades sintáticas se dá ao observamos que os verbos com os mesmos componentes semânticos têm comportamentos sintáticos semelhantes, ao passo que se comportam de forma distinta em relação a verbos que apresentam componentes de sentido distintos.

Conclusões

Concluimos que os verbos de estado são composicionais e não possuem um comportamento sintático uniforme em PB. A questão da composicionalidade interna é evidenciada pelas paráfrases e também nos baseamos em autores como Pinker (2013) e Rothmayr (2009), que assumem que os verbos estativos de outras línguas são composicionais. O elo entre a composicionalidade e a variedade comportamental ocorre quando observamos que os verbos com os mesmos componentes semânticos (observáveis nas paráfrases) têm comportamentos sintáticos semelhantes, ao passo que se comportam de forma distinta em relação a verbos que apresentam componentes de sentido distintos em sua semântica (observáveis nas paráfrases). Assumimos, junto com muitos outros autores, a hipótese da determinação semântica sobre a sintaxe. Partindo dessa hipótese, se todos os verbos de estado fossem primitivos semânticos,

deveriam se comportar sintaticamente da mesma maneira.

Como mostramos, os verbos de estado do PB são compostos por partes menores de significado e apresentam propriedades semânticas e particularidades sintáticas distintas que fazem com que eles se distribuam em seis classes: verbos existenciais, verbos recíprocos, verbos locativos, verbos de medida, verbos de posse e verbos de necessidade. Acreditamos que esta pesquisa contribui para a descrição do sistema linguístico do PB, visto que demonstra como os componentes dos verbos de estado do PB se organizam. Vale lembrar que nosso estudo não analisou todos os verbos estativos na língua, sendo que alguns, como “compor”, “concernir”, “equivaler” e outros, ainda merecem estudo.

Referências

- BACH, Emmon. The algebra of events. **Linguistics and Philosophy**, v. 9, n.1, p. 5-16, 1986.
- BECHIR, Thaís. Análise da relevância da propriedade semântica “reciprocidade” nos verbos recíprocos intransitivos do Português Brasileiro. **Revista do GEL**, São Paulo, v. 16, n.1, p. 9-36, 2019.
- BORBA, Francisco (coord.). **Dicionário gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora da Unesp, 1990.
- CANÇADO, Márcia. **Verbos psicológicos: a relevância dos papéis temáticos vistos sob a ótica de uma semântica representacional**. Tese (Doutorado em Linguística) – IEL, Unicamp, Campinas, 1995.
- CANÇADO, Márcia. Verbos psicológicos: uma classe relevante gramaticalmente? **Veredas**, vol. 6, n.2, p. 1-18, 2012.

CANÇADO, Márcia. **Manual de semântica**: noções básicas e exercícios. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CANÇADO, Márcia; AMARAL, Luana. **Introdução à semântica lexical**: papéis temáticos, aspecto lexical e decomposição de predicados. Petrópolis: Editora Vozes, 2016.

CANÇADO, Márcia; AMARAL, Luana; MEIRELLES, Leticia *et al.* **Banco de dados lexicais VerboWeb**: classificação sintático-semântica dos verbos do português brasileiro. Belo Horizonte: UFMG, 2017. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/verboweb/>. Acesso em: 28/03/2020.

CANÇADO, Márcia; GODOY, Luisa; AMARAL, Luana. **Catálogo de verbos do português brasileiro**: classificação verbal segundo a decomposição de predicados. Verbos de mudança. 2. ed. Edição Revisada Amazon, 2017.v. I.

CANN, Ronnie. **Formal semantics**: an introduction. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

CARLSON, Gregory. **Reference to kinds in English**. PhD dissertation, University of Massachusetts, Amherst, 1977.

COMRIE, Bernard. **Aspect**: an introduction to the study of verbal aspect and related problems. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

CUNHA, Luís. Phase states and their interaction with individual-level and stage-level predicates. *In*: GUTIÉRREZ, Àngeles. **Sobre los estados y estatividad**. Munique: Lincom GmbH, 2011, p. 45-62.

CUNHA, Luís. **Semântica das predicções estativas**: para uma caracterização aspectual dos estados. 2004. Dissertação (Doutorado em Linguística) - Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2004.

DOWTY, David. **Word meaning and montague grammar**. Dordrecht: D. Reidel, 1979.

DUARTE, Inês. A família das construções inacusativas. *In*: MATEUS, Maria; FARIA, Isabel; DUARTE, Inês. **Gramática da língua portuguesa**. Lisboa: Caminho, 2003, p.507-548.

FILLMORE, Charles J. The case for case. *In*: BACH, Emmon; HARMS, Robert Thomas. **Universals in linguistic theory**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968, p. 1-90.

FILLMORE, Charles J. The grammar of hitting and breaking. *In*: JACOBS, Roderich A.; ROSENBAUM, Peter S. **Readings in English transformational grammar**. Waltham: Ginn, 1970, p. 120-133.

GARCIA, Afrânio. Uma tipologia semântica do verbo. **Soletras**, São Gonçalo, ano IV, n. 8, p. 52-70, 2004.

GODOY, Luísa. **Os verbos recíprocos no PB: interface sintaxe-semântica lexical**. 2008. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

GODOY, Luísa. **A reflexivização no português brasileiro e a decomposição semântica de predicados**. 2012. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

GRIMSHAW, Jane. **Words and structure**. Stanford: CSLI/University of Chicago Press, 2005.

JACKENDOFF, Ray S. **Semantic structures**. Cambridge: MIT Press, 1990.

LAKOFF, George. **Irregularity in syntax**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1970.

LEVIN, Beth. **English verb classes and alternations: a preliminary investigation**. Chicago: University of Chicago Press, 1993.

LEVIN, Beth; RAPPAPORT HOVAV, Malka. **Argument realization**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

MAIENBORN, Claudia. **Die logische form von Kopula-Sätzen**. Berlin: Akademie-Verlag, 2003.

MEIRELLES, Leticia. **A fatoração de argumentos verbais no PB**. 2018. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

MEIRELLES, Leticia. Verbos de movimento do português brasileiro: evidências contra uma tipologia binária. **RELIN**, v. 27, n. 2, p. 1.101-1.124, abr./jun. 2019.

MIOTO, Carlos; SILVA, Maria; LOPES, Ruth. **Novo manual de sintaxe**. 3. ed. Florianópolis: Insular, 2007.

MOREIRA, Carla. **Princípio de ligação sintaxe/semântica: construções estativas**. 2000. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000.

MORGAN, Jerry. On arguing about semantics. **Papers in linguistics**, v.1, p. 49-70, 1969.

OLIVEIRA, Kely. Os verbos de estado no português brasileiro. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.

PINKER, Steven. [Learnability and cognition: the acquisition of argument structure](#). Cambridge, MA: MIT Press, 2013.

RAPPAPORT HOVAV, Malka; LEVIN, Beth. Building verb meanings. *In*: BUTT, Miriam; GEUDER, Wilhelm. **The projection of arguments: lexical and syntactic constraints**. Stanford: CSLI Publications, Stanford University, 1998, p. 97-134.

ROTHMAYR, Antonia. **The structure of stative verbs**. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2009.

SILVA, Rosa Virgínia Mattos. A variação “haver/ter”. *In*: SILVA,

Rosa Virgínia Mattos (org.). **A carta de Caminha**: testemunho linguístico de 1500. Salvador: EDUFBA, 1996, p. 181-193.

VAN VALIN, Robert. **Exploring the syntax-semantics interface**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

VENDLER, Zeno. **Linguistics in philosophy**. Ithaca: Cornell, 1967.

VILELA, Mário. **Gramática de valências**: teoria e aplicação. Coimbra: Almedina, 1992.

WUNDERLICH, Dieter. Lexical decomposition in grammar. *In*: WERNING, Markus; HINZEN, Wolfram; MACHERY, Edouard. **The Oxford handbook of compositionality**. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 307-327.